

Racionalidade Disciplinar da Economia: Algumas Reflexões

ANTÓNIO ALMODOVAR
MARIA DE FÁTIMA BRANDÃO

Resumo

A recorrência das críticas feitas à Economia suscita as reflexões contidas no artigo. Num rápido percurso pela história do pensamento econômico, observa-se o progresso da ciência em direção a uma Economia menos política e mais técnica, para a qual a contribuição de pensadores como Ricardo, Mill, os marginalistas e Marshall é decisiva. Mas o processo de afirmação da vertente profissionalizante da Economia, ao se constituir como saber disciplinado, não eliminou a concorrência dos saberes vulgares e indisciplinados, informados pela experiência prática. Na verdade, o fosso entre esses dois mundos acentuou-se. Para recuperar o prestígio perdido e transpor esse fosso, os autores sugerem um investimento na área de filosofia econômica, tão sólido e rigoroso quanto o investimento feito no campo da formalização matemática e de pesquisa estatística e econométrica.

Palavras-chave: história do pensamento econômico, críticas à Economia, filosofia da Economia, formalização.

Abstract

The recurrence of criticisms to Economics suscitates the reflections contained in the article. In a quick course through the history of economy thought, one observes the progress of science towards an Economics less political and more technical, to which the contribution of thinkers such as Ricardo, Mill, the marginalists and Marshall is decisive. But the process of affirmation of the professionalizing current, constituting itself as a disciplined knowledge, did not eliminate the concurrence of the vulgar and undisciplined knowledge, informed by practical experience. In fact, the gap between these two worlds has been widened. To recover the lost prestige and overcome these problems, the authors suggested an investment in the area of philosophy of Economics, as solid and rigorous as the investment done in the fields of mathematical formalization and in statistical and econometric research.

Key words: history of economic thought, criticism to Economics, philosophy of Economics, formalization.

Os autores são, respectivamente, Docente de História da Ciência Econômica e de História do Pensamento Econômico Português da Faculdade de Economia da Universidade do Porto; Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Docente de História da Ciência Econômica e de História Econômica.

"Economics is whatever an economist
wants to talk about"

(GAMBS: 1968,3)

Pode-se dizer que a Economia conta com poucos admiradores incondicionais, mesmo entre os próprios economistas. De fato, muito embora ainda existam alguns profissionais que procuram transmitir uma imagem de dignidade e segurança desta ciência, assinalando o fato de que pelo menos nos planos técnico e instrumental é inegável que ela tem progredido ao longo dos anos (BLAUG, 1978, p. 3), garantindo que **no fundamental** todos os verdadeiros economistas estão de acordo, ou que relativamente a certos teoremas **centrais** já foi dito praticamente tudo o que deveria (e poderia) ser dito, é no mínimo perturbador constatar a recorrência - e a violência - de algumas das críticas e comentários que continuam a ser feitos a propósito dos méritos dos economistas e da utilidade e outras qualidades do saber que professam.

Se tais críticas fosse apenas oriundas do exterior - isto é, se fossem produzidas fundamentalmente por não-economistas - poder-se-ia, eventualmente, alegar que decorriam apenas de uma eventual incapacidade de os economistas para criar uma boa imagem de si próprios e da sua ciência, transmitindo ao público em geral (desde o homem da rua ao seu colega de outras especialidades científicas) quer as boas intenções que os movem, quer a importância prática e teórica dos resultados obtidos por sucessivas gerações de investigadores empenhados em fazer progredir este ramo do conhecimento.

Mas, infelizmente, parece que o mal não decorre apenas de uma hipotética dificuldade de comunicação por parte dos economistas, ou de uma manifesta e incompreensível má vontade por parte dos **leigos**. De fato, muitos dos argumentos que fundamentam as críticas **externas** são fornecidos pelos próprios economistas, seja por terem o péssimo hábito de discordarem publicamente uns dos outros - "*economics is what economists disagree about*" -, seja por continuarem a insistir e a querer convencer as pessoas de que o seu objeto de estudo é, de fato, **o homem na sua vida normal quotidiana, o seu bem-estar e a eficiente gestão dos meios limitados de que dispõe.**

Ao agirem desta maneira, os economistas não apenas municiam a opinião pública com inúmeros argumentos suscetíveis de serem utilizados contra a Economia e os que a praticam, como inclusive permitem que muitos **desses homens normais** continuem a poder pensar que têm boas razões para achar que

sabem mais da realidade do seu próprio dia-a-dia do que qualquer outro indivíduo, e que certamente é preferível guiarem-se pela sua própria opinião e experiência do que ficarem na dependência das de um conjunto de especialistas, os quais, para além de não estarem de acordo sobre qual será a real e verdadeira definição da sua especialidade, nem sequer conseguem impor-se por níveis de rendimento capazes de indicar que possuam uma capacidade superior de percepção e aproveitamento dos mecanismos econômicos da produção e repartição da riqueza (GAMBS, 1968, p. 9) ⁽¹⁾.

Esta situação, longe de melhorar com o passar do tempo e com o alegado progresso da Economia, não tem cessado de piorar. No tempo de um Adam Smith, havia um genuíno desejo de expor os conhecimentos alcançados junto a amplos setores da opinião pública, em particular junto àqueles que detinham o poder de influir sobre a organização da própria sociedade. Nessa altura, a Economia era já um saber com autonomia, mas não era ainda um saber especializado, cuja produção e utilização fossem da exclusiva responsabilidade de um corpo de especialistas - os economistas. Na verdade, a economia política de Adam Smith entronca numa reflexão mais geral sobre as condições em que poderia ser possível respeitar a liberdade própria ao homem - a sua **liberdade natural**, sem no entanto prejudicar a ordem política necessária à existência e à manutenção da sociedade (Cf. ROSANVALLON, 1979). A especificidade da sua abordagem é determinada pela atenção que presta às questões que se prendem à riqueza das nações e às formas de a aumentar, mas é precisamente esta preocupação centrada na **riqueza das nações** que lhe confere a sua marca **política** e a torna permeável às preocupações de todos aqueles que se preocupavam com a melhor forma de garantir a ordem, a paz e o progresso material das sociedades da época. Socorrendo-se dos conhecimentos então disponíveis que pudessem ajudar à compreensão do objeto de estudo - a riqueza e o progresso material das sociedades - Adam Smith avançou com a tese de que era possível garantir a ordem social e econômica dando livre curso aos interesses materiais do homem, no quadro da disciplina imposta pela concorrência entre todos os homens no seio de uma organização de mercado, passando assim a orientar a reflexão e a tomada de decisões de todos aqueles que se preocupavam em melhorar as formas de organização social que na altura prevaleciam.

(1) Os exemplos de economistas bem-sucedidos no mundo dos negócios parece até fundamentar a opinião contrária - isto é, de que é mais fácil teorizar a partir de uma experiência prática bem-sucedida (caso de Ricardo), do que obter o sucesso a partir de uma vida dedicada ao estudo da teoria.

A afirmação da autonomia da economia política, enquanto saber respeitante à organização social, permitiu que as conclusões alcançadas nos campos da política, da filosofia (moral e natural), da história e do direito fossem facilmente incorporadas no labor da então jovem reflexão econômica, não sendo de modo algum encaradas como incursões em territórios alheios às suas próprias preocupações. Permitiu também que as propostas avançadas pela economia política pudessem, por seu turno, ser facilmente assimiladas e instrumentalizadas por um auditório mais vasto do que aquele que era constituído pelos autores que diretamente a cultivavam. Neste contexto, todo o homem medianamente culto poderia não apenas perceber e opinar - sobre as idéias que lhe eram apresentadas e sugeridas pelos economistas políticos para melhorar a organização social, como ainda sentir que essas idéias lhe diziam direta e imediatamente respeito. Podia concordar ou discordar delas, mas, qualquer que fosse a sua postura, esta tinha boas probabilidades não apenas de ser assumida com base em razões análogas às que um economista político poderia ter utilizado, mas, também, de ser uma opinião pertinente.

Durante todo o período clássico, manteve-se no fundamental este estado de coisas. Mesmo David Ricardo e John Stuart Mill - os dois homens que mais se afastaram de Smith, e mais progrediram no sentido de uma perspectiva moderna, de uma Economia cada vez menos política e mais técnica, mais afastada das capacidades de percepções e intervenção dos leigos - podem ser vistos facilmente como pertencentes a uma perspectiva moderada em que a reflexão econômica mantinha voluntariamente inúmeros laços com as restantes reflexões sobre o homem concreto e sobre aquilo que dele se poderia - humanamente - esperar. Assim, muito embora a sua leitura (em especial a de Ricardo) pudesse ser relativamente mais difícil ⁽²⁾ e mesmo exasperante em certas passagens, não havia ainda uma utilização massiva de um jargão técnico (ou de uma postura mental) substantivamente diferente do que poderia ser utilizado por um qualquer intelectual médio, ou por um publicista - isto é, por um escritor que se dedicasse a refletir sobre questões de interesse público. Se consultarmos o índice remissivo da *Riqueza das Nações*, verificamos que o economista ainda se distingue pela conotação com a seita fisiocrática, e se prosseguirmos na

(2) O fato de SCHUMPETER (1982b, p. 1054-1055) afirmar que Ricardo "created a type of theory technique of which ...[is] entirely inaccessible to the 'man in the street'", e que "the vast majority of 'professed' economists ... understood him no better" é aqui irrelevante: o ponto que aqui defendemos é que Ricardo desejava ser entendido, e esperava alcançar esse objetivo junto à opinião pública e não apenas junto aos professionals. Nesse sentido, se deve interpretar o seu contributo como sendo para a Economia Política e não para uma Economia (Economics) que ainda não existia.

consulta dos índices remissivos das obras importantes que Ricardo e Stuart Mill dedicaram aos *Princípios da Economia Política*, deparamos mesmo com a ausência de qualquer referência à qualidade de **economista**, ainda que **político**. Estes elementos sugerem que umas boas décadas após a afirmação da autonomia da economia política com a *Riqueza das Nações*, de Adam Smith, o mundo da Economia não era ainda prioritariamente identificado com o mundo dos que a praticavam, mantendo-se ainda muito estreitas as suas ligações com o mundo daqueles que se preocupavam com a melhor forma de garantir a ordem, a paz e o progresso material das sociedades da época. Se, pelos finais do século XVIII, Adam Smith dava relevo à *riqueza das nações* no título da sua obra mestra, pelos meados do século XIX John Stuart Mill ainda achava razões para ligar a Economia Política à Filosofia Social no próprio título da obra que dedicou à exposição dos respectivos **princípios**, uma vez que em sua opinião, "*For practical purposes, Political Economy is inseparably intertwined with many other branches of social philosophy. Except on matters of detail, there are perhaps no practical questions, even among those which approach nearest to the character of purely economical questions, which admit of being decided on economical premises alone*" (1977, p. xci). Acrescenta ainda este último autor que "*it is because Adam Smith never loses sight of this truth; because, in his applications of Political Economy, he perpetually appeals to other and often far larger considerations than pure Political Economy affords - that he gives that well-grounded feeling of command over the principles of the subject for purposes of practice, owing to which the 'Wealth of Nations', alone among treatises on Political Economy, has not only been popular with general readers, but has impressed itself strongly on the minds of the men of the world and of legislators*" (*idem*, p. xci-ii). Esta íntima ligação entre o enunciado dos **princípios** e a sua aplicação prática que orientava a economia política no sentido de fundamentação da ação política e, por isso, a tornava facilmente suscetível de ser ideologizada e apropriada por grupos de interesses em prol da implementação de certas medidas de política econômica e social, originou mais tarde duas posturas bem distintas. Por um lado, numa atitude que viria a se revelar efêmera e pouco eficiente, assistiu-se a uma cristalização dogmática e ideológica de princípios (como o *laissez-faire*) que até aí eram apenas hipóteses moderadas de índole filosófica e política - o indivíduo e a liberdade **degeneraram** em individualismo e liberalismo. Por outro lado, verificou-se uma espécie de fuga para um outro registro (uma procura de um território relativamente mais calmo e isento das convulsões do quotidiano político e ideológico), através do projeto de uma Economia Pura, Lógica e Racional, onde os elementos perturbadores

pudessem ser, ainda que apenas temporariamente, isolados. Foi por esta última via - que na altura foi clara e manifestamente repudiada, quer pelos economistas liberais mais ortodoxos, muito particularmente pelos herdeiros franceses e continentais de Say que Schumpeter designa por **grupo de Paris** (1982, p. 841); e que então constituíam a **principal corrente da Economia** ⁽³⁾, quer pela escassa opinião pública que naquela altura dela se apercebeu - que enfileiraram os principais economistas que hoje conhecemos pela designação genérica de **marginalistas** ⁽⁴⁾. Ao pugnarem por uma nova postura no âmbito da ciência econômica, estes autores prosseguiram, porém, na senda previamente entreaberta por Ricardo e Stuart Mill.

Ao proceder a um exame do crescimento da ciência econômica, Marshall faz referência à "*brilliant school of deductive reason*" (1974, p. 629), inaugurada por Ricardo com a publicação de *On the Principles of Political Economy and Taxation*, e assinala a dificuldade em seguir-lhe as pisadas, uma vez que "*he never explains himself: he never shows what his purpose is in working first on one hypothesis and then on another, nor how by properly combining the results of his different hypothesis it is possible to cover a great variety of practical questions*" (*ibidem*). Num outro registo, a propósito da teoria de Ricardo sobre o valor, Marshall observa que: "*His book makes no pretence to be systematic (...) if in writing it he had in view any readers at all, they were chiefly those statesmen and business men with whom he associated. So he purposely omitted many things which were necessary for the logical completeness of his argument, but which they regard as obvious*" (*idem*, p. 670). Entre essas omissões figuraria desde logo "*Ricardo's tacit assumption that no motive of action except the desire for wealth need be much considered by the economist*", e sobre a qual teria mesmo tentado construir "*an abstract science with regard to the actions of an 'economic man' who is under no ethical influences and who pursues pecuniary gain warily and energetically, but mechanically and selfishly*" (Cf. *idem*, p. 632n, v). Este esforço de Ricardo no sentido de um maior grau de

(3) Se, do ponto de vista analítico que Schumpeter gostava de privilegiar, faz sentido dizer que o pensamento econômico clássico é um produto **essencialmente britânico**, do ponto de vista operativo do pensamento econômico - isto é, da sua difusão e aclimação social e política - há neste período um indiscutível predomínio do pensamento francês inspirado em Jean-Baptiste Say e na sua obra de divulgação.

(4) Este rótulo genérico esconde, obviamente (como aliás o fazem todos os rótulos), todo um conjunto de **diferenças** entre os vários autores que por ele são cobertos. No entanto, para a linha de raciocínio que aqui procuramos seguir, não há grandes inconvenientes na sua utilização. Diria por isso que a **real diversidade** de projetos - ou as linhas de investigação concretamente desenvolvidas por cada um destes autores - protagonizados pelos **marginalistas**, não obsta a que estes sejam unificáveis do ponto de vista aqui seguido.

abstração da ciência econômica e de um maior distanciamento relativamente às suas aplicações práticas, por via do reforço da componente dedutiva na sua elaboração, foi decididamente aprofundado a seguir por Stuart Mill.

Conforme torna bem claro ao debruçar-se nos anos trinta sobre a definição de economia política, Stuart Mill era de opinião que esta ciência *"is concerned with [man] solely as a being who desires to possess wealth, and who is capable of judging of the comparative efficacy of means for obtaining that end. It predicts only such phenomena of the social state as take place in consequence of the pursuit of wealth"* (1975, p. 321). A este pressuposto quanto ao tipo de motivação que está por detrás do comportamento do homem diretamente sob o escrutínio da economia política, acrescenta Stuart Mill um outro respeitante ao critério utilizado pelo homem na busca pela riqueza, isto é, *"the supposition that man is a being who is determined, by the necessity of his nature, to prefer a greater portion of wealth to a smaller in all cases"* (*idem*, p. 322). Sobre estes dois pressupostos se ergueria, portanto, o edifício dedutivo da ciência econômica, tendo porém Stuart Mill o cuidado de fazer notar que: *"Not that any political economist was ever so absurd as to suppose that mankind are really thus constituted, but because this is the mode in which science must necessarily proceed"* (*ibidem*). O resultado final dos seus estudos no domínio da economia política, tal como é apresentado em 1848 nos *Principles of Political Economy*, ficou, no entanto, aquém de um projeto de ciência eminentemente abstrato, construído sobre um modelo de homem motivado unicamente para a procura da riqueza e, por isso mesmo, permeável a considerações de ordem política que a aplicação prática dos seus princípios inevitavelmente não deixava de colocar. A respeito desta obra, Marshall avança com a idéia de que Stuart Mill *"made in it no attempt to mark off by a rigid line those reasonings which assume that man's sole motive is the pursuit of wealth from those which do not"*, e encara a mudança de atitude em relação ao projeto contido no ensaio dos anos trinta, como tendo sido ditada em parte pelas *"great changes that were going on around him, though he was not fully aware of their influence on himself"* (Cf. MARSHALL, 1974, p. 632n). Daí que, ao propor-se dar conta do estado da economia política, volvidos que eram mais de setenta anos sobre a publicação da *Riqueza das Nações*, Stuart Mill tenha optado por manter-se fiel à tradição smithiana de conjugar a exposição de princípios com a aplicação prática dos mesmos. Para Stuart Mill era ainda bem claro que a economia política permanecia um saber eminentemente **prático e popular**, muito embora defendesse que estas duas marcas não poderiam fazer-se prevalecer com prejuízo do **estrito raciocínio científico** que a deveria sempre enformar (Cf. STUART MILL,

1977, p. xcii). Esta ordem de prioridades vai ser substancialmente alterada nos começos da década de setenta, sob a influência da corrente **marginalista**. A reflexão econômica vai centrar-se doravante em torno do que Stuart Mill designara por **questões puramente econômicas**, fazendo prevalecer as exigências do **raciocínio estritamente científico**, sobre o alcance **prático e popular** dos princípios estabelecidos.

Os autores da escola **marginalista** - onde normalmente se destacam W. Stanley Jevons, León Walras e Carl Menger (BLAUG, 1986, p. 160-161) - podem ser vistos como tendo partilhado (ainda que à distância e independentemente uns dos outros) a convicção de que a melhor continuidade possível para o projeto clássico de uma ciência econômica passava por um esforço sério no sentido de neutralizar os elementos reputados como alheios às preocupações que lhe eram próprias. Para tal, serviram-se do modelo de homem já desenhado por Stuart Mill e prosseguiram no esforço metodológico tendente a expurgá-lo dos seus elementos axiológicos menos regulares, de forma a possibilitar a análise das conseqüências que se poderiam justificadamente vir a esperar do seu comportamento **normal**. Surge, então, de forma explícita, um personagem econômico deliberadamente despido de outras considerações que não as decorrentes de uma concepção do homem que o assimilava a uma verdadeira **máquina de prazer** (Cf. EDGEWORTH, 1881, p. 15), capaz de ir respondendo de uma forma sistemática e consistente às múltiplas situações de escolha com que era confrontado, em ordem a maximizar o prazer que delas podia retirar. Este estranho personagem, que em certa medida passou a ocupar o lugar até então preenchido pela admissão do homem **vulgar** no interior da ciência econômica, não era, no entanto, visto como um modelo, uma mera reprodução a uma escala menor, ou mesmo como uma espécie de caricatura sumária do verdadeiro protagonista das relações econômicas. Tratava-se apenas e tão-somente do chamado **homem econômico**, de um artefato conceitual à medida das necessidades da ciência econômica, de um ponto de partida para a aplicação de um **método de aproximações sucessivas**, destinado a permitir um verdadeiro exercício de **construção científica**. O que se pretendia era uma sólida e rigorosa conceitualização das condições ideais ⁽⁵⁾ de funcionamento de uma forma de organização baseada nos princípios do mercado, de modo a demonstrar que essa forma de organização era pelo menos hipotética e teoricamente viável e que os seus resultados práticos eram bem mais satisfatórios do

(5) Isto é, à margem de quaisquer distrações, como eram as **distrações práticas e políticas** colocadas, respectivamente, pelos fatos da indústria e da propriedade (Cf. WALRAS, 1988, p. 11-33).

que os que poderiam ser obtidos pelo recurso a outras formas de organização social.

Nesta ordem de idéias, não haveria, de fato, qualquer intuito de proceder a uma **revolução** por parte dos **marginalistas**, embora seguramente existisse a consciência da necessidade de se pôr de lado, o **velho credo ortodoxo** da escola clássica (Cf. JEVONS, 1965, p. xvi). A novidade da heterodoxia marginalista estribou-se na defesa do **caráter matemático** da ciência econômica (Cf. *idem*, p. xxiii, 3) - tornada entretanto possível pelo desenvolvimento da matemática e pelas suas aplicações bem-sucedidas a outras ciências ⁽⁶⁾, na primazia metodológica dada ao **homem econômico**, e no esvaziamento das componentes **prática e popular** do saber econômico, em favor da proeminência da componente **científica**. A partir daqui se estabeleceu, no entanto, uma linha de continuidade entre a heterodoxia marginalista e a ortodoxia clássica, uma vez que a combinação destes elementos veio contribuir para o reforço teórico das teses fundamentais que desde há cem anos atrás os autores clássicos vinham apresentando sobre as virtualidades do mercado.

Não foi este o entendimento que, em geral, foi dado ao projeto marginalista por parte dos setores da sua sociedade que a ele tiveram acesso. De fato, como já tivemos ocasião de referir anteriormente, foi fraca a receptividade às propostas marginalistas no sentido de uma economia depurada de considerações de ordem prática e orientada por critérios internos de rigor científico. Na Europa continental e, muito particularmente, em França, um longo período de tempo teve de decorrer antes de se lhes dar continuidade. Blaug chama a atenção para o fato de, relativamente a Walras, "*a true appreciation of his monumental achievement only came post-humously in the 1930s*" (1985, p. 391), ao passo que Zylberberg faz notar que "*les économistes libéraux français vont rejeter avec virulence cette intrusion de la démarche scientifique dans un domaine qui relèvent pour eux du domaine religieux*" (1989, p. 177). Recorde-se, aliás, que já antes, com a primeira geração de discípulos de Say, o pensamento econômico inglês, e muito em especial o de Ricardo, era bastante **segregado**, uma vez que era visto como **excessivamente abstrato e frio**, bem como pouco empenhado com o bem-estar do homem e da sociedade ⁽⁷⁾.

(6) Sobre a evolução oitocentista da matemática e sobre as possibilidades que tal evolução abriu, veja-se o interessante trabalho de GIL (*apud* CARRILHO, 1979, p. 305-306).

(7) Sobre as divisões e as respectivas características e defetos que no século XIX eram feitas entre as várias escolas nacionais do pensamento econômico pode ser utilmente consultada a volumosa *History of Political Economy in Europe* de Jerome Adolphe Blanqui.

No entanto, em Inglaterra, as condições ambientais eram relativamente mais propícias ao acolhimento das propostas marginalistas, ao reunirem-se em Alfred Marshall as condições necessárias ao seu aprofundamento e desenvolvimento no sentido da construção dos **fundamentos** da ciência econômica. Na verdade, Marshall não apenas se situava na tradição dos clássicos ingleses, ignorando os desenvolvimentos peculiares que os seus trabalhos haviam sofrido no continente, como dispunha de uma excelente formação matemática, presumivelmente bastante superior à de qualquer dos autores que a partir da década contribuíram para fazer vingar a postura marginalista na condução da ciência econômica. Manifestava, ainda, uma vocação que diríamos quase-sociológica para a **observação in loco** das condições em que se desenrolava a atividade econômica, e uma vontade firme de garantir a **boa comunicação** da mensagem teórica da economia. Será, por isso, de espantar o caráter decisivo que a sua obra veio a possuir para o desenvolvimento acadêmico da ciência econômica?

Tal deve-se, sem dúvida, ao fato de Marshall ter conseguido estabelecer o compromisso necessário à continuidade entre a economia política dos clássicos e a economia **científica** dos marginalistas, em prol da afirmação disciplinar da simplesmente denominada **economia/economics**. A sua persistente ação pedagógica abrangendo desde alunos a **homens de negócios**, a forma moderada e gradual como foi introduzindo algumas inovações no interior dos *habitus* mentais e profissionais dos seus múltiplos discípulos, sugerindo-lhes a adoção de uma **linguagem** pautada pelo rigor da matemática para consumo próprio e outra mais literária para comunicarem entre si e com a sociedade em geral, permitiram não apenas o fortalecimento da abordagem iniciada pelos marginalistas, mas também a sobrevivência do legado clássico no interior do paradigma **neoclássico** que acabaria por vir a prevalecer mais tarde ⁽⁸⁾.

O que nos interessa aqui reter da evolução acima esboçada tem a ver com o modo como essa evolução se refletiu na imagem pública da Economia. O fato de nos termos inclinado por Alfred Marshall e pela afirmação de um pensamento **neoclássico** possui o sentido preciso de chamar a atenção para a ruptura que, através deste último, começa a se delinear nas relações entre o mundo dos economistas e o mundo dos leigos. É que, se em Marshall ainda existia uma clara e inequívoca preocupação em manter a comunicação e a troca de experiências e **sentidos** entre os dois mundos, com o desenvolvimento posterior da escola de pensamento que inaugurou, assistiu-se à paulatina emergên-

(8) O desenvolvimento destas idéias relativas ao papel desempenhado por Alfred Marshall na afirmação **moderna** de uma Ciência Econômica pode ser encontrado no nosso trabalho *Economists in retrospect: Alfred Marshall's Principles 100th Anniversary*

cia de formas de raciocínio próprias aos economistas, isto é, de formas de percepção, avaliação e tratamento dos problemas econômicos que se afastavam cada vez mais das formas de percepção, avaliação e controle próprias dos não-iniciados na ciência econômica. O distanciamento entre as posições de ambos ficou fundamentalmente a dever-se ao desenvolvimento das propostas metodológicas originalmente presentes nas formulações dos autores marginalistas mais abertos à matematização do saber econômico ⁽⁹⁾, no sentido do reforço da formalização matemática que resultou de uma maior preocupação com o rigor lógico e da possibilidade de simbolização das grandezas econômicas que a matemática oferecia.

Sob um ponto de vista meramente formal, esta situação nada tem de extraordinário. Todas as formas de conhecimento científico se propõem ultrapassar o **senso comum** e as simples percepções decorrentes da experiência cotidiana, pelo que o homem comum está perfeitamente (pre)disposto a aceitar a existência de grupos de indivíduos que dele se distinguem precisamente por utilizarem uma terminologia própria, complicada ou mesmo ininteligível. Só que esse mesmo homem comum, incapacitado como fica de perceber e discutir os raciocínios e as teorias dos **cientistas**, habituou-se a formar a sua própria opinião sobre a utilidade e a importância de ambos através de um expediente relativamente simples baseado no seu próprio **bom senso**: limita-se a aguardar pelos **efeitos práticos** que tais raciocínios complicados vêm a ter no seu próprio quotidiano. Assim, não lhe interessa **saber** física ou questionar os físicos desde que o seu carro (torradeira, frigorífico etc.) funcionem de forma razoavelmente fiável, da mesma forma que lhe não interessa discutir medicina com um médico que seja manifestamente capaz de o ajudar na doença, ou meteorologia com alguém que seja capaz de lhe evitar uma desagradável surpresa com o tempo. No entanto, esse mesmo homem comum persiste teimosamente em questionar a Economia e os economistas, bem como todos os restantes saberes que aos seus olhos continuam a aparecer como pouco fiáveis ou úteis.

Quer isto dizer que **custo de oportunidade social da aceitação de uma subcultura**, isto é, o preço que os especialistas devem pagar para usufruir do privilégio de poderem reclamar para si próprios um direito tendencialmente exclusivo sobre a **verdade** contida num determinado tipo de saber, fica na dependência do nível de eficiência **prática** demonstrado na manipulação desse saber.

(9) Muito em particular, nos casos de WALRAS (Cf. 1988, p. 25-27) e de EDGEWORTH (Cf. 1881, p. 1-15).

Na verdade, a **disciplinarização profissional** de um saber, que envolve o estabelecimento de barreiras à entrada nesse universo cultural e o estabelecimento de todo um conjunto de pré-requisitos para que se possa emitir uma opinião **abalizada** ou executar **rigorosamente** um determinado tipo de tarefas, só se torna possível a partir do momento em que os seus praticantes evidenciam uma superioridade nítida sobre os leigos, **não apenas no plano da complexidade da explicação, mas também e sobretudo no plano da previsão e/ou da solução dos problemas concretos, quotidianos, e imediatamente perceptíveis.**

Ora, se é claro que a superioridade revelada no plano da complexidade da explicação pressupõe-se um **saber disciplinado** por critérios de avaliação **endógena**, não menos certo é que a relativa incapacidade de afirmação de uma nítida superioridade no plano da previsão e/ou solução dos problemas concretos leva os não-iniciados a duvidar da real valia desse mesmo saber. Daqui resulta que muito embora possa ser perfeitamente claro para um especialista, que esta última forma de apreciação não pode ser feita por quem não domine toda a parafernália de instrumentos conceituais que devem ser utilizados para se poder concluir rigorosamente acerca dos resultados de uma qualquer **experiência científica** ⁽¹⁰⁾, a verdade é que a ciência acaba sempre por ser **socialmente** validada através de procedimentos a-científicos, como é o do grau de utilidade e fiabilidade que lhe é atribuído pela experiência quotidiana do homem vulgar.

Esta conclusão, por absurda que possa parecer, pode ser confirmada pelas declarações **defensivas** dos próprios economistas. De fato, desde a sua preocupação em deixar claro que não se pode exigir à Economia que faça previsões individualmente úteis ⁽¹¹⁾, até a sua tendência para imputar a fatores exógenos ⁽¹²⁾ a não correspondência entre a teoria e a prática, há toda uma multiplicidade de pistas tendentes a indiciar a perplexidade e a frustração dos economistas perante a incongruência dos seus modelos diante da realidade dos fatos, e diante das dificuldades crescentes que têm sentido em rentabilizar, em termos de opinião pública, o progresso técnico e conceitual que vem sendo pro-

(10) Ver a este respeito, as interessantes considerações contidas em BOLAND (1984), em particular, a Parte I.

(11) Os sismólogos enfrentam, hoje em dia, um problema análogo: as suas previsões ainda não conseguem ter uma eficiência **socialmente satisfatória**. No entanto e ao contrário dos economistas - manifestam a sua disponibilidade para continuarem a trabalhar no sentido de garantir essa eficiência, admitindo de bom grado que se trata de uma deficiência remediável através do desenvolvimento das suas investigações.

(12) Designação que soa quase como se estivéssemos perante fatores intrometidos naturalmente vocacionados para abusivamente interferirem em questões que não lhes dizem respeito.

duzido no interior da sua disciplina. Acresce que perante as críticas e as exigências da sociedade abrangente, os economistas parecem ter adotado uma postura que revela a escolha de uma perspectiva perversa face à própria realidade que os rodeia. É que, pelo menos aparentemente, o seu desígnio parece ter gradualmente passado a residir mais na tentativa de encontrar uma realidade ficcionada que pudesse confirmar os seus modelos e previsões do que em encontrar modelos e previsões que pudessem confirmar a realidade existente. Parece, pois, que os economistas estariam mais preocupados com a validação teórica da importância das suas teorias e práticas formais de modelização do que com a utilidade prática que elas pudessem ter na previsão e manipulação prática dessa mesma realidade, fornecendo as respostas que a sociedade requeria e desejava. Nesse sentido pode-se dizer que os economistas transmitem uma imagem bastante arrogante e caricata do que qualquer outro **profissional da Ciência**, procurando assegurar que competiria unicamente a eles não apenas manipular o saber econômico, como, inclusivamente, determinar o espectro de questões a que tal saber poderia e deveria dar respostas práticas, sem dar qualquer espécie de contrapartidas **práticas e imediatamente úteis** aos seus concidadãos. Tudo se passa como se a sociedade em geral estivesse condenada a investir na manutenção e no desenvolvimento de um determinado projeto de investigação, sem ter qualquer idéia sobre (ou qualquer direito a determinar) o prazo em que poderia recuperar o **capital** empregado.

Não é por isso de espantar que de fato se assista à afirmação de vários tipos de saber econômico. Face à recorrência de afirmações segundo as quais a Economia é um assunto que diz - ou deverá dizer - respeito apenas e tão-somente aos Economistas, foi-se consideravelmente alargando o fosso entre as **racionalizações** quotidianas dos leigos e a **racionalidade** da Ciência Económica. Acresce que o processo de afirmação da vertente **profissionalizante** da Economia não eliminou a concorrência de formas alternativas de lidar com os problemas econômicos. Deste modo, e contrariamente ao que se passou em outros ramos, em que a evolução da ciência foi contribuindo para conquistar o espaço social ocupado por outras formas de saber, o desenvolvimento da Economia parece ter criado condições propícias à proliferação de múltiplas formas de saber **concorrencial**, sejam os saberes **vulgares e indisciplinados** fundados na **experiência prática**, sejam os saberes academicamente **disciplinados** da engenharia, do direito etc., que permitem aos seus portadores ocupar, com

sucesso, os lugares em princípio destinados aos Economistas ⁽¹³⁾. Ora, esta situação não pode deixar de ser preocupante, muito em especial para os Economistas.

Não é fácil proceder à reconversão de um investimento simbólico, especialmente quando estão em jogo hábitos profunda e solidamente interiorizados ⁽¹⁴⁾. No entanto, há ainda algumas hipóteses destinadas a recuperar o prestígio perdido, pelo menos desde que se ignore o aviso de Marshall relativamente aos perigos da popularidade ⁽¹⁵⁾ e que haja disponibilidade para interiorizar algumas das solicitações dirigidas à Economia, nomeadamente a de que se assuma como uma ciência com um **sentido** humanamente perceptível e socialmente valorizável. Ora, pelo menos estas duas solicitações não são impossíveis de satisfazer. Para tal, torna-se apenas necessário que os Economistas aceitem: (i) que possuem desde há muito um conjunto de **produtos** facilmente colocáveis no **mercado das idéias** - a **filosofia** econômica; e (ii) que é possível e necessário proceder a um investimento tão sólido e rigoroso nesse campo quanto o que foi feito no da formalização matemática e da pesquisa estatística e econométrica.

Quer isto dizer que o problema fundamental que contribuiu para **desinserção social da Economia** ainda pode ser ultrapassado desde que se faça um esforço sério e consistente no sentido de recuperar as áreas **periféricas, subdesenvolvidas** ou **atrasadas** da Ciência Econômica - precisamente as áreas que permitiram alcançar um espaço social para esse saber, e que levaram uma dada cultura a investir na criação de um novo conjunto de especialistas em **economia**. Numa palavra, trata-se de (re)assumir explicitamente as funções de intervenção e **engenharia social** no campo da elaboração da Ciência Econômica e das funções do economista (MINGAT, 1985, p. 35-51); SAMUELSON, 1987, p. 8; WALLISER, 1988, p. 124-140).

(13) Podemos até ir mais longe, chamando a atenção para a emergência de novas **profissões** e novos saberes a elas associados: basta pensar no caso paradigmático - dos Gestores e da Gestão. Por outro lado, não é menos elucidativo dessa tendência a dificuldade que existe em identificar (e quantificar) o número de economistas existentes num dado país. A este respeito veja-se GAMBS (1968, p. 15-16) e PROU (1976, p. 25-31).

(14) De fato, esses investimentos não apenas marcam o trabalho de investigação dos **grandes** economistas do presente, como inclusivamente pautam o sistema de ensino, dando-lhe a conotação (digamos que a **imagem de marca**) mais visível para os futuros economistas. Ver a respeito deste último aspecto, o trabalho de COLANDER & KLAMER (1987).

(15) *"Students of social science must fear popular approval: evil is with them when all men speak well of them"* (PIGOU, 1952, p. 83).

Ao fim e ao cabo, trata-se apenas de retomar, numa abordagem obviamente tão atualizada e rigorosa quanto o progresso analítico alcançado o permita, as preocupações pedagógicas que embora estando presentes nas obras de todos aqueles que nos habituamos a considerar como **Grandes Economistas**, constituíram de fato a **pedra de toque** de quase todos os pensadores clássicos. Só fazendo-o, só apostando uma vez mais no estabelecimento de uma ponte entre a subcultura dos economistas e a cultura abrangente da sua sociedade, poderemos partilhar as esperanças de Keynes quando observa: "*I believe myself to be writing a book on economic theory, which will largely revolutionise not, I suppose, at once but in the course of the next ten years - the way the world thinks about economic problems. When my theory has been duly assimilated and mixed with politics and feelings and passions, I can't predict what the final upshot will be (...) But there will be a great change*" (1982, vol. 28, p. 42).

Referências Bibliográficas

- BLAUG, Mark. *Economic theory in retrospect*. Cambridge University Press, 1978.
- _____. *Great economists before Keynes*. Brighton, Wheatsheaf Books, 1986.
- _____. & STURGES, Paul. *Who's who in economics*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 1985.
- BOLAND, Lawrence A. *The foundations of economic method*. London, George Allen & Unwin, 1984.
- CARRILHO, Manuel M. (org.). *História e prática das ciências*. Lisboa, Regra do Jogo, 1979.
- COLANDER, David & KLAMER, Arjo. *The making of an economist. Economic Perspectives, 1 (2)*: 95-111, 1987.
- EDGEWORTH, F. Y. *Mathematical psychics*. London, C. Kegan Paul & Co. 1881.
- GAMBS, John S. & KOMISAR, Jerome B. *Economics and man*. Homewood Illinois, Ricard D. Irwin, Inc., 1968.
- GIL, Fernando. Disciplinas: invenção, transmissão, *habitus*. In: CARRILHO, M. M. (org.), *História e prática das ciências*. Lisboa, Regra do Jogo, 1979.
- JEVONS, W. Stantley. *The theory of political economy*. 5ª ed., Reprints of Economic Classics, New York, Sentry Press, 1965.
- KEYNES, John M. *The collected writings of John Maynard Keynes*. Vol. XXVIII, MacMillan/Cambridge University Press, 1982.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of economics*. 8ª ed., London, The Macmillan Press Ltd., 1974.
- MINGAT, Alain; SALMON, Pierre & WOLFELSPERGER, Alain. *Méthodologie économique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1985.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le capitalisme utopique. Critique de l'idéologie économique*. Paris, Editions du Seuil, 1979.
- SAMUELSON, Paul A. *Economia*. Lisboa, McGraw-Hill de Portugal, 1987
- SCHUMPETER, Joseph A. *Historia del análisis económico*. Barcelona, Ariel, 1982a.

- _____. The 'crisis' in economics - fifty years ago. *Journal of Economic Literature*, XX: 1049-1059, 1982b.
- STUART MILL, John. Essays on some unsettled questions of political economy - on the definition of political economy; and on the method of investigation proper to it. *In: Essays on economics and society. Collected Works of John Stuart Mill*, vol. IV, p. 309-339, 1975.
- _____. *Principles of political economy with some of their applications to social philosophy. Collected Works of John Stuart Mill*, vol. II, Toronto and Buffalo/London, University of Toronto Press/Routledge & Kegan Paul, 1977.
- PIGOU, A. C. *Essay in economics*. London, Macmillan & Co. Ltd., 1952.
- PROU, Charles. *Leçons introductives d'économie*. Paris, Masson, 1976.
- WALLISER, Bernard & PROU, C. *La science économique*. Paris, Editions du Seuil, 1988.
- ZYLBERBERG, André. *Revue Française d'Économie Politique*, IV (2), 1989.